

COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

2º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 01/2018, PROCESSO ORIGINAL Nº 2017/419492, PARA REFORMA E REVITALIZAÇÃO DA FEIRA DA CEASA, NO MUNICÍPIO DE CASTANHAL, NESTE ESTADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM, O ESTADO DO PARÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS – SEDOP E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL, CONFORME CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE:

O **ESTADO DO PARÁ**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS – SEDOP**, criada pela Lei Estadual nº 8.096, de 1º janeiro de 2015, Órgão da Administração Direta do Estado do Pará, com personalidade jurídica de direito público, com sede à Travessa Do Chaco, nº 2.158, Bairro do Marco, Belém-PA, CEP 66.093-542, inscrita no CNPJ sob o Nº 03.137985/0001-90, nesta cidade, doravante denominada **CONCEDENTE**, neste ato representada por seu Secretário de Estado, o senhor **BENEDITO RUY SANTOS CABRAL**, brasileiro, engenheiro, RG nº 2232996-SSP/PA, CPF nº 135.894.742-20, residente e domiciliado na Rodovia Augusto Montenegro, Condomínio Cidade Jardim I, 5955, Rua Camélia 2B 31, Parque Verde, CEP 66.635-912, Belém-PA; e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL**, com sede localizada na Avenida Barão do Rio Branco s/n, CEP: 68.741-6;, no Município de Castanhal, neste Estado, inscrita no CNPJ nº 05.121.991/0001-84, representada por seu Prefeito o senhor **PEDRO COELHO MOTA FILHO**, brasileiro, arquiteto e urbanista, RG nº 3217611-SSSP/PA, CPF- 057.959.822-53, **RESOLVEM**, de comum acordo e na melhor forma de direito, celebrar este **TERMO ADITIVO**, com fundamento na Lei Federal nº. 8.666/93 e que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

O presente instrumento tem por objeto a Reformulação do Plano de Trabalho do Convênio.

CLÁUSULA SEGUNDA: REFORMULAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DO CONVÊNIO

Fica reformulado o Plano de Trabalho do Convênio, conforme processo 2020/21794, apenso aos autos originais, com alteração de metas, de acordo com planilha anexa, aprovada pelo setor técnico da SEDOP e com reflexo financeiro, alterando os valores da Contrapartida que passa de R\$ 535.093,98 (quinhentos e trinta e cinco mil noventa e três reais e noventa e oito centavos), para **R\$ 747.207,30 (setecentos e quarenta e sete mil duzentos e sete reais e trinta centavos)**, dividido em 03 (três) parcelas, sendo a primeira no valor de **R\$ 292.339,57** (duzentos e noventa e dois mil e trinta e nove reais e cinquenta e sete centavos), a segunda no valor de **R\$ 227.434,11** (duzentos e vinte e sete mil e quatrocentos e trinta e quatro reais e onze centavos) e a terceira no valor de **R\$ 227.433,62** (duzentos e vinte e sete mil e quatrocentos e trinta e três reais e sessenta e dois centavos).

COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

(duzentos e noventa e três mil trezentos e trinta e nove reais e cinquenta e se centavos) e a terceira parcela no valor de RR\$ 293.339,58 (duzentos e noventa e três mil trezentos e trinta e nove reais e cinquenta e oito centavos), obedecendo ao cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho, reformulado e aprovado pelo setor competente, e cujo valor global do Convênio passa a ser **R\$ 3.779.405,79 (três mil setecentos e setenta e nove mil quatrocentos e cinco reais e setenta e nove centavos)**. Ficando, conseqüentemente, alterada também a cláusula sexta do instrumento original.

CLÁUSULA TERCEIRA - DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam mantidas as demais cláusulas do Convênio desde que não conflitantes com o que ficou convencionado no presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA - PUBLICAÇÃO

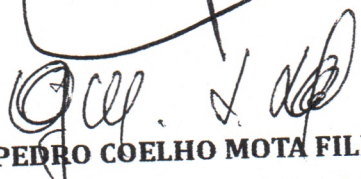
O presente termo aditivo será publicado, em forma de extrato, na Imprensa Oficial do Estado do Pará, no prazo de **10 (dez) dias de sua assinatura**, face o que dispõe o parágrafo 5º do art. 28 da Constituição Estadual, e a Resolução 12.094, de 31 de janeiro de 1991, do Tribunal de Contas do Estado do Pará.

E, por assim estarem de acordo, as partes firmam o presente Termo Aditivo, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais.

Belém/PA, 02 de Julho de 2020.


BENEDITO RUY SANTOS CABRAL

SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS - SEDOP
CONCEDENTE


PEDRO COELHO MOTA FILHO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL
CONVENENTE

